

## DOCTRINA

### Artigos

- Federalismo cooperativo e proteção ao meio ambiente – Um estudo sob a ótica da Lei Complementar nº 140/2011  
**Ademar Borges de Sousa Filho**.....9
- A nova orientação do Supremo Tribunal Federal quanto à responsabilização pelos danos ambientais das pessoas jurídicas  
**Eduardo Henrique Puglia Pompeu** .....17
- Protocolo de Nagoya e legislações nacionais – Uma análise dos países megadiversos  
**Karen Alvarenga Windham-Bellord, Marina Gropen Couto** .....25
- Reconceitualização do desenvolvimento – Uma busca pela gestão compartilhada do meio e da melhoria da capacidade de todos  
**Larissa de Oliveira Santiago Araújo**.....44
- Uma análise sobre o Princípio nº 15 da Declaração de Estocolmo – Abordagem da sua incorporação pelos diplomas nacionais e internacionais e sua aplicação prática  
**Lucas Azevedo de Lima, Simone Amália Calili** .....56
- A responsabilidade civil ambiental e a responsabilidade criminal ambiental – Congruências e divergências  
**Mariana Aparecida Adalberto de Carvalho**.....75

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Acórdãos na Íntegra

#### Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ação civil pública – Exploração de recursos energéticos em área indígena – UHE Belo Monte – Descumprimento de condicionantes estipuladas na Licença Prévia nº 342/2010 – Emissão de Licença Parcial de Instalação nº 770/2011, posteriormente, sucedida pela Licença de Instalação nº 795/2011 – Autorização de Supressão de Vegetação nº 501/2011 – Agressão aos princípios de ordem pública da impessoalidade, da moralidade ambiental (CF, art. 37, *caput*), da precaução, da prevenção, da proibição do retrocesso ecológico e do desenvolvimento sustentável (CF, arts. 170, incisos I e VI, e 225, *caput*). Agravo Regimental na Apelação Cível nº 0000968-19.2011.4.01.3900/PA.....89

#### Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação civil pública ambiental – Rancho de lazer construído em área de preservação permanente (margem esquerda do Rio Paraná, a 1,50 metros do curso d'água), em gleba loteada clandestinamente – Respeito a posturas protetivas do meio ambiente editadas pelas autoridades competentes: obrigação *propter rem* – Mantida a condenação à reparação do dano ambiental: demolição necessária para a recomposição florestal (Mata Atlântica).  
Apelação Cível nº 0007841-72.2010.4.03.6112/SP (2010.61.12.007841-2/SP).....110

#### Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Unidade de conservação – Estação Ecológica de Carijós – Decreto nº 94.656/87 – Ocupação irregular por particulares – Omissão do órgão ambiental – Regime das construções e edificações feitas pelos particulares – Medidas para implementar e consolidar a unidade de conservação – Responsabilidade e omissão do Ibama – Condenação dos réus – Elaboração de plano de ação e fiscalização na área. Apelação Cível nº 5010478-15.2010.404.7200/SC.....118

#### Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Remessa *ex officio* em ação popular (art. 19 da Lei nº 4.717/65) – Processo administrativo de demarcação de terrenos de marinha – Suposto beneficiamento de particulares com o apossamento de terras públicas sujeitas a usos, ambientalmente, degradantes – Atos ditos ilegais e lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa e ao meio ambiente – Conexão com ação civil pública – Incorreção da extinção do feito popular – Hipótese de reunião das demandas para julgamento simultâneo – Técnica de inviabilização de resoluções conflitantes.  
Remessa Ex Officio em Ação Cível nº 558558 CE.....129